

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Rede Assistencial D.A. Vila Formosa, Carrao, Aricanduva e Sapopemba

CNPJ nº 61.699.567/0031-08

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial D.A. Vila Formosa, Carrao, Aricanduva e Sapopemba** que integra a S.P.D.M.. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M..

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, subtemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de Auditoria Independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Ativo	2016	2015	
Ativo Circulante	216.662.890,74	139.353.221,58	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.164.909,10	3.476.546,81	
Bancos conta movimento (nota 4.1)	93.165,02	1.446,46	
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	4.071.744,08	3.475.100,35	
Clientes	201.407.163,77	133.142.087,87	
P.M.S. P - Rede Assistencial Vila Formosa, Carrao e Aricanduva (nota 4.3)	167.970.509,33	93.510.673,13	
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.4)	22.890.129,03	10.546.525,41	
Valores em Negociação - Contrato Convênio (nota 4.5)	10.546.525,41	29.084.889,33	
Outros Créditos (nota 4.6)	11.030.839,77	2.713.698,93	
Antecipações salariais	2.183,67	3.144,84	
Antecipação de férias	1.110.009,07	927.294,88	
Outros créditos e adiantamentos	9.879.039,03	1.775.773,21	
Depósito judicial	39.608,00	7.486,00	
Despesas Pagas Antecipadamente	1.238,64	1.008,97	
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 10)	1.238,64	1.008,97	
Estoques	58.739,46	19.879,00	
Estoques (nota 4.7)	58.739,46	19.879,00	
Ativo Não Circulante	408.884.037,04	451.311,14	
Ativo Realizável a Longo Prazo	408.365.233,67	7.486,00	
Depósito Judicial	7.486,00	7.486,00	
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 4.3)	408.357.747,67	0,00	
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 5)	518.803,37	443.825,14	
Imobilizado - Bens de Terceiros	1.159.009,57	987.174,09	
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros	(640.206,20)	(543.348,95)	
Total do Ativo	625.546.927,78	139.804.532,72	

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015	
Déficit /Superávit do período	0,00	0,00	
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em contas a receber(484.940.194,08)	(89.492.323,69)		
(Aumento) Redução em estoques (38.860,46)	(19.879,00)		
Aumento (Redução) em fornecedores	675.201,69	628.922,00	
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	484.992.215,14	91.590.592,80	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	74.978,23	(89.985,46)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	763.340,52	2.617.326,65	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(-) Adição de Bens de Terceiros (74.978,23)	89.985,46		
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas)atividades de investimentos(74.978,23)	89.985,46		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	0,00	2.335.503,85	
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	(2.335.503,85)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamento	0,00	0,00	

Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa
7º Início do período 3.476.546,81 769.234,70
No final do período 4.164.909,10 3.476.546,81

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2016 e 2015
1 - Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial D.A. Vila Formosa, Carrao, Aricanduva E Sapopemba** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde - Território e a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde celebraram o Contrato de Gestão nº 007/2008, tendo como objetivo a operacionalização da Gestão, Apoio à Gestão e execução das atividades e serviços de saúde. No ano de 2015, a Prefeitura de São Paulo, reformulou a parceria com as Organizações Sociais, cujas principais mudanças foram: a assunção das unidades, que passaram a ser por Supervisão/ Região; e alteração de Instrumento Jurídico de Convênio para Contrato de Gestão. Para tal mudança, a definição das novas parcerias originou-se dos chamamentos públicos. Em junho de 2015, iniciou o processo de encerramento dos Convênios com o município de São Paulo e para que não houvesse prejuízo na prestação de serviço à população, houve um período de transição, em que gradativamente as unidades foram assumidas e/ou transferidas entre as Organizações Sociais. O Contrato de Gestão nº 07/2008 foi encerrado em dezembro/2015. Em continuidade as atividades nesta região, em 31/07/2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 014/2015 - Vila Formosa/ Carrao/Aricanduva, objetivando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidade de Saúde da Rede Assistencial dos Distritos Administrativos Vila Formosa, Carrao e Aricanduva da Supervisão Técnica de Saúde Mooca/ Aricanduva e Distrito Administrativo Sapopemba da Supervisão Técnica de Saúde Vila Prudente/Sapopemba. **2.- Imunidade Tributária:** A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1 - Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014, reconhecida como

seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Receitas Operacionais com Restrições	2016	2015	
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrição	177.157.901,00	155.503.214,49	
P.M.S.P. - Território	151.231,91	89.048.559,67	
P.M.S.P Rede Assistencial Vila Formosa Carrao Aricanduva	145.022.481,54	37.672.945,78	
Trabalho Voluntário (nota 8.3)	7.660,22	9.028,13	
Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	27.621.315,92	24.971.035,74	
Isenção Usufruída - COFINS (nota 8.2)	4.355.211,41	3.801.645,17	
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições	177.157.901,00	155.503.214,49	
(+) Outras Receitas com Restrições	577.839,96	220.759,42	
Financeiras	577.839,96	220.759,42	
(=) Receita Líquida com Restrições	177.735.740,96	155.723.973,91	
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições	173.065.932,27	124.229.049,97	
Serviços Pessoais Próprios	123.799.079,05	109.101.958,41	
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	14.636.892,33	8.868.697,71	
Manutenção e Conservação	1.321.875,10	5.543.789,50	
Mercadorias	1.330.677,30	504.732,59	
Financeiras	0,00	107.566,16	
Tributos	106.211,01	93.277,47	
Custos - Bens Permanentes de Terceiros	78.230,92	0,00	
INSS Patronal - Serviços Próprios	27.572.112,78	0,00	
COFINS	4.220.853,78	0,00	
Trabalhos Voluntários	0,00	9.028,13	
(=) Superávit Bruto com Restrições	4.669.808,69	31.494.923,94	
(-) Despesas Operacionais com Restrições	4.669.808,69	31.494.923,94	
Serviços Pessoais Próprios	220.922,62	1.904.927,94	
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	3.403.927,12	815.322,79	
Manutenção e Conservação	618,58	0,00	
Mercadorias	30.846,33	0,00	
Financeiras	66.700,53	1.992,30	
Outras Despesas	741.640,52	0,00	
Tributos	2.873,50	0,00	
Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	11.058,50	0,00	
Trabalhos Voluntários	7.660,22	0,00	
Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios	49.203,14	24.971.035,74	
Isenção Usufruída - COFINS	134.357,63	3.801.645,17	
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições	0,00	0,00	
1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 3.1 - Razão Social SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial D.A. Vila Formosa, Carrao, Aricanduva e Sapopemba , R. Nelson de Oliveira, 258 - Jardim Sapopemba - São Paulo - SP - CEP 03976-010 - CNPJ nº 61.699.567/0031-08. 3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.			
Valores em reais	R\$	R\$	
Período	31/12/2016	31/12/2015	
Saldos em Bancos	93.165,02	1.446,46	
Aplicação Financeira de Curto Prazo	4.071.744,08	3.475.100,35	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.164.909,10	3.476.546,81	
4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força do Contrato de Gestão 014/2015, cujo rendimento é revertido integralmente ao Contrato de Gestão em epígrafe.			
Instituição	Tipo de Aplicação	Rentabilidade/Mês	R\$
Financeira			
Banco do Brasil	Poupança	*	4.055.778,56
Banco Bradesco	Invest Plus	5,0000%	15.965,52
Total			4.071.744,08

continua ➡



continuação
A rentabilidade da Poupança está atrelada as regras do sistema financeiro nacional. **4.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desembolso conforme estabelecido no Contrato de Gestão. O Contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4 - Valor Estimado - Rescisão de Contrato:** Valor proveniente do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. Em 2015 este valor estava classificado na conta "Valores em negociação". **4.5 - Valores em Negociação - Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que poderão vir a ser restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **4.6 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros), fornecedores, e créditos a receber do Contrato de Gestão. **4.7 - Estoques:** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 58.739,46. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

Estoque	Valores em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Materiais de Almoxarifado	58.739,46	19.879,00
Total	58.739,46	19.879,00

4.8 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.9 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.10 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.11 - Outras Provisões:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais dos Contratos de Gestão nº 14/2015 e na IAS 37, a O.S. SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Contrato de Gestão quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valores Estimados - Rescisão", as obrigações presentes, resultante de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço.

4.12 - Contribuições a Recolher	Contribuições a Recolher	
	2016	2015
INSS	486.095,68	460.998,11
FGTS	905.454,36	817.352,08
PIS	113.564,24	103.783,36
Sindicato a recolher	11.634,51	30.692,64
Total	1.516.748,79	1.412.826,19

4.13 - Impostos a Recolher	Imposto a Recolher	
	2016	2015
I.R.	1.939.685,51	1.771.313,13
Total	1.939.685,51	1.771.313,13

4.14 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.11, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.15 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Cíveis. Para processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2016, era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 510.365,36. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 2.957.410,39. **4.16 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o

ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. **4.17 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.18 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Contrato de Gestão nº 04/2015 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Público. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

Imobilizado Bens de Terceiros	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios	551.011,75	20.808,00	0,00	61.985,37	633.805,12
Equipamentos de Processamento de Dados	145.624,50	21.185,50	0,00	0,00	166.810,00
Mobiliário em geral	209.171,48	24.823,92	0,00	15.638,06	249.633,46
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	32.807,00	0,00	0,00	788,90	33.595,90
Aparelhos de medição	9.860,00	0,00	0,00	0,00	9.860,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	0,00	62,00	0,00	2.352,81	2.414,81
Aparelhos e utensílios domésticos	28.631,36	14.674,00	0,00	1.780,92	45.086,28
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	10.068,00	7.736,00	0,00	0,00	17.804,00
	987.174,09	89.289,42	0,00	82.546,06	1.159.009,57

Ajuste vida-útil econômica	Ajuste vida-útil	Transferência	Ajuste vida-útil	Valor Líquido	Taxa Anual
Bens de Terceiros	do Período	Baixa	Ajuste	31/12/2016	de ajustes
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios	(59.175,20)		0,00	(314.292,19)	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	(6.111,90)		0,00	(141.390,48)	20%
Mobiliário em geral	(22.734,31)		0,00	(134.023,51)	10%
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(3.328,98)		0,00	(20.960,83)	10%
Aparelhos de medição	(986,05)		0,00	(3.861,88)	10%
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(137,71)		0,00	(137,71)	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	(3.204,40)		0,00	(20.212,51)	10%
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(1.178,70)		0,00	(5.327,09)	10%
	(96.857,25)		0,00	(640.206,20)	

6 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições e subvenções, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão nº 014/2015 representaram em 2016, 100% do total das receitas operacionais. **6.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10).** São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Contrato de Gestão firmado está de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Instituição SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamental descrita conforme abaixo:

Convênios/Contratos	CNPJ nº 61.699.567/0031-08	R\$
Contrato de Gestão 014/2015 -		
Vila Formosa/Carrão/Aricanduva		141.022.904,76
6.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e outros tipos de Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo): A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão e convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios/contratos públicos a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios/contratos públicos a realizar (Passivo não circulante). 7 - Patrimônio: O Patrimônio atualmente não apresenta valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item11) e 1305/10 (itens 12 e 15 A) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero. 8 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20/08/2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício 2016 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 31.976.527,33. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriamente de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo		

Nº Contrato de Gestão	Descrição	Consulta Médica	Consulta Enfermeiro	Consulta outros profissionais de nível superior	Visita domiciliar de ACS	Exames	Procedimentos de enfermagem	Procedimentos odontológicos	Aparelhos Ortodonticos/Próteses entregues	Usuários Cadastrados	Famílias Cadastradas	Pacientes em Acompanhamento
014/2015	Aricanduva/Sapopemba SP	745.452	175.344	128.539	1.121.103	118.654	570.995	433.549	1.812	281.851	91.252	2.242

12 - Relatório de Prestação de Contas: A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde - Território, elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas dos Contratos de Gestão nº 014/2015 que mantêm com a Prefeitura do Município de São Paulo. Em 2016 os relatórios de Presta-

ção de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes. **13 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Debora Melo Kiyaman	Darlei Alves Freire	Mário Silva Monteiro	Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.
Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6	Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9	Superintendente - S.P.D.M./PAIS	Presidente da S.P.D.M.
Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Aos 18/04/2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. Presenças: Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes: Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. Ordem Do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPMM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMCJFC), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital			



continuação
(ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) ,UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informa-
Parecer da Assembléia Geral dos Associados: SPDМ - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medi- cina. A Assembleia Geral dos Associados da SPDМ - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Supe- rávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Indepen- dentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.016, Consolidado da SPDМ - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Dia- dema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistencial Supervisões Técnica da Saúde VI Marial/ VI Gui- lherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisões Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI),AME Idoso Oeste (Idoso Oeste),o AME Ido-
Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDМ - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em conformidade com o artigo 46 do Estatuto Social da SPDМ, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contá- beis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mu- tações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.016 Consolidado da SPDМ - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Can- tareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistencial Supervisões Técnica da Saúde VI Marial/ VI Gui- lherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisões Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Cam- pos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME
Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Asso- ciação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial da Vila Formosa, Carrão, Arican- duva e Sapopemba** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opi- nião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas res- ponsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de au- ditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administra- ção pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas opera- ções, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das de- monstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

ção e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2.017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares.
so Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Reco- meço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Cen- tro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDМ (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDМ, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclu- são para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P. S (P. A/P. S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF),UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19/04/2.017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDМ (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDМ, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecno- logia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hos- pital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P. S (P. A/P. S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF),UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Indepen- dentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 13/04/2.017. Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Günsberg, objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria reali- zada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quan- do, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômi- cas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ce- ticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos pro- cedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficien- te para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se con- cluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as res- pectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso re- latório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade ope- racional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Au- disa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O- 0 - CNAI - SP - 1620.

CMA Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S.A.									
CNPJ 43.819.978/0001-92									
Relatório da Administração									
A CMA é uma empresa de controle nacional com 44 anos de experiência especializada em desenvolver soluções de alta tecnologia aplicadas aos mercados financeiros, de commodities, educacional, de marketing direto e telecomunicações. É composta atualmente por 5 filiais nacionais com presença internacional através de subsidiárias nos EUA, Europa e América Latina, contando ao todo com cerca de 224 funcionários. Oferece produtos e serviços de tecnologia de informação customizados, de qualidade, segurança e com menor risco para seus clientes. A estratégia da CMA hoje é se consolidar no mercado financeiro como uma empresa que oferece serviços de negociação eletrônica e informações seguras e de qualidade que facilitem as operações do mercado de bolsa de valores.									
Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Consolidado (Em R\$ mil)									
Ativo	2016	2015	2016	2015	Passivo	2016	2015	2016	2015
Circulante	Consolidado				Circulante	Consolidado			
Disponibilidades	1	–	559	433	Empréstimos e financiamentos	8.388	7.284	8.388	7.319
Duplicatas a receber	10.145	17.852	13.976	23.826	Fornecedores	1.776	760	2.787	2.251
(–) Provisão devedores duvidosos	(1.732)	(1.732)	(1.732)	(1.732)	Obrigações trabalhistas	2.851	3.563	2.921	3.604
Estoque	2.954	576	2.954	1.608	Tributos e contribuições a recolher	8.372	1.646	8.673	1.770
Créditos tributários	903	660	7	822	Juros sobre capital próprio	2.170	2.170	2.170	2.170
Despesas antecipadas	6	–	903	2.764	Dividendos	1.457	1.457	1.457	1.457
Outros créditos	539	2.839	3.919	2.894	Outras contas a pagar	–	710	569	–
Total do circulante ->	12.816	20.195	20.586	30.615	Total do circulante ->	25.015	16.880	27.106	19.140
Não circulante					Não circulante				
Depósitos judiciais	–	160	–	160	Tributos e contribuições a recolher	5.041	13.395	5.041	13.395
Investimentos	20.771	20.236	–	–	Débitos partes ligadas/dividendos	–	1.594	–	(3.097)
Outros créditos	167	2.430	15.390	4.816	Empréstimos e financiamentos	6.933	25.529	10.845	25.529
Imobilizado	21.481	21.347	21.528	21.563	Outras contas a pagar	–	70	–	(70)
Intangível	56.842	47.841	60.577	58.818	Total do não circulante ->	11.974	40.588	15.886	43.506
Total do não circulante ->	99.260	92.014	97.494	85.357	Capital social	11.700	11.700	11.700	11.700
Total do ativo ->	112.076	112.209	118.080	115.792	Reserva de lucros	58.272	37.926	62.421	37.926
Demonstração do Resultado dos Exercícios 2016 e 2015 e Consolidado (Em R\$ mil)					Ajuste avaliação patrimonial	5.115	5.115	5.115	5.115
	2016	2015	2016	2015	Total patrimônio líquido ->	75.088	54.741	75.087	54.741
	Consolidado				Total do passivo ->	112.076	112.209	118.080	115.792
Receita bruta	69.828	66.316	81.806	72.956	cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber; c) os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem o valor de mercado; d) os demais ativos estão apresentados ao valor de custo ou rea-				
Deduções de vendas	(12.928)	(5.049)	(12.931)	(7.589)	lização; e) os investimentos em empresas controladas são avaliadas com base na equivalência patrimonial; f) o imobilizado é registrado pelo custo de				
Receita líquida de vendas ->	56.900	61.267	68.875	65.367	aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que levam em consideração a				
Custo dos serviços e mercadorias vendidas	(83)	(1.857)	(926)	(2.008)	vida útil estimada dos bens; g) passivo circulante e não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos cor-				
Lucro Bruto ->	56.816	59.410	67.949	63.359	respondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridas até a data do balanço; h) as obrigações em moeda estrangeira são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de balanço; i) o uso de				
Despesas com vendas, administração e outras operacionais	(26.451)	(49.672)	(38.095)	(47.258)	estimativas com base em premissas que afetam os valores dos ativos, pas-				
Equivalência patrimonial	–	6.465	–	–	sivos, e contas de resultado apresentadas nas demonstrações financeiras, poderão divergir dos valores quando efetivos; 2) Imposto de Renda e Con-				
Lucro antes resultado financeiro ->	30.365	16.203	29.854	16.101	tribuição Social: a provisão de imposto de renda é calculada com base no regime do Lucro; 3) Parcelamento especial: atualmente a sociedade tem parcelamento de suas dívidas tributárias com o município, e governo fede-				
Financeiras líquidas	(5.870)	(3.331)	(5.359)	(3.227)	ral através de adesão a programas especiais de parcelamento, o saldo está dividido entre o circulante e o não circulante, vem sendo amortizado dentro dos prazos legais e atualizado pelos índices oficiais até a data de fecha-				
Lucro antes dos tributos sobre renda ->	24.496	12.872	24.495	12.874	mento das Demonstrações Contábeis; 4) Empréstimos e Financiamentos: empréstimos bancários de conta garantida, capital de giro e financiamento do imobilizado e com juros de mercado aplicáveis a cada tipo de emprésti-				
Tributos sobre rendas	(4.149)	–	(4.149)	(2)	mo; 5) Patrimônio Líquido: a) o Capital Social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.200.000,00, totalmente subscrito e integralizado e está represen-				
Lucro líquido do exercício ->	20.346	12.872	20.346	12.872	tado por 9.200.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma; 6) Seguros: a sociedade mantém a política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações.				
Lucro por ação ->	1,74	1,10	1,74	1,10					
Demonstração de Resultados Abrangentes dos Exercícios 2016 e 2015 (Em R\$ mil)									
	2016	2015	2016	2015					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	20.346	12.872	20.346	12.872					
Valor justo de ativos	–	–	–	–					
Total resultado abrangente do exercício atribuível->	20.346	12.872	20.346	12.872					
Notas Explicativas									
1) Práticas contábeis: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade IASB, as quais estão descritas a seguir: a) as receitas são apropriadas obedecendo o regime de competência; b) a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante suficiente para									
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2016 e 2015 (Em R\$ mil)									
								Ajustes de avaliação	
								Capital Reserva	Total
								social de lucros	patrimonial
Em 31 de dezembro de 2014	9.200	43.416	5.115	57.731					
Constituição de reserva	–	–	–	–					
Resultado do exercício	–	12.872	–	12.872					
Reserva de lucro	–	(18.362)	–	(18.362)					
Aumento de capital social	2.500	–	–	2.500					
Em 31 de dezembro de 2015	11.700	37.926	5.115	54.741					
Resultado do exercício	–	20.346	–	20.346					
Aumento de capital	–	–	–	–					
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–					
Reserva de lucro	–	–	–	–					
Em 31 de dezembro de 2016	11.700	58.272	5.115	75.087					
Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto 2016 e 2015 (Em R\$ mil)									
Atividades operacionais	2016	2015	2016	2015					
	Consolidado								
Lucro líquido do exercício	20.346	12.872	20.346	12.872					
Ajustes que não afetam o caixa	–	(24)	–	(24)					
(Aumento) ou redução ativo circulante	(9.327)	11.492	10.029	8.574					
Aumento ou (redução) passivo circulante	(8.238)	(16.714)	7.966	(15.699)					
Caixa líquido - atividades operacionais ->	2.781	7.626	38.341	5.723					
Atividades de investimentos									
Investimentos	(1.635)	1.402	(14.296)	5.628					
Imobilizado/intangível	9.134	(7.971)	2.159	(15.721)					
Caixa líquido - atividades de investimentos ->	7.499	(6.569)	(12.137)	(10.093)					
Atividades de financiamentos									
(Aumento) redução no ativo não circulante	–	470	(26.728)	586					
Aumento (redução) no passivo não circulante	(10.279)	(5.185)	690	(1.470)					
Dividendos distribuídos	–	–	–	–					
Aumento de capital	–	2.500	–	2.500					
Caixa Líquido - Atividades Financiamentos ->	(10.279)	(2.215)	(26.038)	1.616					
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa ->	1	(1.158)	166	(2.754)					
Disponibilidades início exercício	–	1.158	433	3.187					
Disponibilidades final exercício	1	–	599	433					
Aumento (diminuição) nas disponibilidades ->	1	(1.158)	166	(2.754)					
Romualdo José Salata									
Diretor Geral									
Kátia Aparecida de Souza Abate									
Controladora - CRC 1SP172089/O-8									

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2016 e 2015 (Em R\$ mil)				
	Capital social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2014	9.200	43.416	5.115	57.731
Constituição de reserva	—	—	—	—
Resultado do exercício	—	12.872	—	12.872
Reserva de lucro	—	(18.362)	—	(18.362)
Aumento de capital social	2.500	—	—	2.500
Em 31 de dezembro de 2015	11.700	37.926	5.115	54.741
Resultado do exercício	—	20.346	—	20.346
Aumento de capital	—	—	—	—
Ajuste de exercícios anteriores	—	—	—	—
Reserva de lucro	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2016	11.700	58.272	5.115	75.087
Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto 2016 e 2015 (Em R\$ mil)				
Atividades operacionais	2016	2015	2016	2015
			Consolidado	
Lucro líquido do exercício	20.346	12.872	20.346	12.872
Ajustes que não afetam o caixa (Aumento) ou redução ativo circulante)	—	(24)	—	(24)
	(9.327)	11.492	10.029	8.574
Aumento ou (redução) passivo circulante	(8.238)	(16.714)	7.966	(15.699)
Caixa líquido - atividades operacionais ->	2.781	7.626	38.341	5.723
Atividades de investimentos				
Investimentos	(1.635)	1.402	(14.296)	5.628
Imobilizado/intangível	9.134	(7.971)	2.159	(15.721)
Caixa líquido - atividades de investimentos ->	7.499	(6.569)	(12.137)	(10.093)
Atividades de financiamentos				
(Aumento) redução no ativo não circulante	—	470	(26.728)	586
Aumento (redução) no passivo não circulante	(10.279)	(5.185)	690	(1.470)
Dividendos distribuídos	—	—	—	—
Aumento de capital	—	2.500	—	2.500
Caixa Líquido - Atividades Financeiras ->	(10.279)	(2.215)	(26.038)	1.616
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa ->	1	(1.158)	166	(2.754)
Disponibilidades início exercício	—	1.158	433	3.187
Disponibilidades final exercício	1	—	599	433
Aumento (diminuição) nas disponibilidades ->	1	(1.158)	166	(2.754)